

Do Elefante na Sala à Quebra dos Silêncios: Mudanças na Dinâmica de Visibilidade da Operação Lava Jato

From the Elephant in the Room to Breaking of Silences: Changes in the Visibility Dynamics of Operation Lava Jato

Laura Nayara Pimenta¹ | [ORCID ID](#)

laura.pimenta@ichca.ufal.br

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Márcio Simeone Henriques² | [ORCID ID](#)

simeone@ufmg.br

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Recepción: 14/09/2023 Revisión: 18/06/2024 Aceptación: 19/06/2024 Publicación: 29/06/2024

<http://dx.doi.org/10.5783/revrrpp.v14i27.833>

Resumo

Visa evidenciar como as mudanças nas dinâmicas de visibilidade criam as condições para romper o véu de silêncio acerca de aspectos evidentes da realidade, oferecê-los à discussão pública e gerar respostas e ações institucionais. Faz-se um estudo exploratório do caso da Operação Lava Jato, no Brasil, a partir da coleta dos materiais de denúncia, tendo como foco mais específico a análise de conteúdo das entrevistas de um informante. Trabalhando com a noção de conspiração de silêncio, observa-se como a presença de pessoas capazes de dizer de dentro, de testemunhar com provas sobre o pacto de silêncio aumenta o custo de negação dos públicos.

Palabras clave: relações públicas, conspiração de silencio, mídia, visibilidade, negação.

Abstract

Public relations is an activity that deals with two central dynamics: that of understanding the phenomena of public opinion from a reading of the publics that are formed due to controversial and relevant issues at the collective level, and that of managing the public visibility of organizations and of people. The configuration of a strategic communication goes through a process of tension and permanent dispute between institutions, organizations, public persons and publics for what appears or does not appear, for what is or is not visible and for what is or is not discussed, as well as for what is likely to appear, be seen and discussed. Our special interest lies in the vulnerabilities of publics to factors that silence them, but also it is important to connect this issue to deliberate silences, to processes of institutional concealment, that is, of what is withdrawn from the public's view or from the which impels

¹ Laura Nayara Pimenta é pesquisador da Universidade Federal de Alagoas, Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0024-2224>. Contato principal para correspondência editorial.

² Márcio Simeone Henriques é pesquisador na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0807-6221>

them to ignore reality. This is a complex and nuanced process. One that calls our attention is described by Zerubavel (2006). When dealing with these dynamics, he focuses on a phenomenon metaphorically postulated as "the elephant in the room", to talk about something that, despite being in plain sight, is ignored and not discussed. It is a very complex phenomenon, which involves, on a collective level, what he calls "conspiracies of silence" and a discrepancy between what we experience in reality and what we end up publicly recognizing, that is, in the public's perception. Therefore, in this work we focus on two important aspects that are raised by the author: indisputability and the emergence of "silence breakers". To do so, we take Operation Lava Jato as an empirical case, especially the Curitiba nucleus. Launched in March 2014, with the aim of dismantling criminal organizations that operated in money laundering in several Brazilian states, the Operation consisted of a set of investigations and their consequent lawsuits, involving the Federal Police, the Federal Public Ministry and the Federal Justice in Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro and Brasília, in addition to superior courts and other control bodies. The most famous nucleus, however, is that of Curitiba, which brought together, from the beginning, the then Public Prosecutor Deltan Dallagnol and the then judge Sergio Moro. In 2023, the media and the political scene are moved by denunciations regarding Lava Jato maneuvers and abuses. Former deputy and Operation whistleblower, Tony Garcia, went to the media to reveal the coercion, extortion and persecution suffered during the years of Lava Jato. In this episode, we can more clearly identify what Zerubavel calls "breaking the conspiracy of silence", as it is the appearance of people in the role of breakers who will consistently offer testimonies and evidence and who will in fact point out, with the force of denunciation, the existence of the "elephant in the room" in a complete and irrefutable way. Thus, we will dwell here on analyzing the appearance, in the public scene, of Tony Garcia's media speeches.

Keywords: public relations, conspiracy of silence, media, visibility, denial.

Sumário

1. Introdução. 2. Marco teórico. 2.1. Um olhar a partir da comunicação pública e dos públicos. 2.2. Pacto de silêncio e indisputabilidade. 2.3. Quebra do silêncio e mudanças nas dinâmicas de visibilidade. 3. Metodologia. 4. Resultados. 4.1. Hipervisibilidade, reputação e prestígio da Operação. 4.2. Denúncias e mudanças nas dinâmicas de visibilidade. 4.3. Testemunhos pessoais e ofertas de provas. 5. Discussão e conclusões. 6. Referências.

Summary

1. Introduction. 2. Theoretical framework. 2.1. A look from public communication and the publics. 2.2. Pact of silence and indisputability. 2.3. Breaking the silence and changes in visibility dynamics. 3. Methodology. 4. Results. 4.1. Hypervisibility, reputation and prestige of the Operation. 4.2. Complaints and changes in visibility dynamics. 4.3. Personal testimonies and offers of evidence. 5. Discussion and conclusions. 6. References.

1. INTRODUÇÃO

É conhecido que as relações públicas são uma atividade que trata de duas dinâmicas centrais: compreender os fenômenos de opinião pública a partir da leitura dos públicos que se formam em questões controversas, relevantes no plano coletivo e gerir a visibilidade pública de

organizações e pessoas. A ênfase na visibilidade, especialmente quando é pensada em termos midiáticos, refere-se à noção de publicidade, daquilo que está à vista de todos ou disponível para qualquer um, fornecendo, assim, condição necessária para a existência de um espaço público e de um processo de comunicação pública (Esteves, 2011) centrado no debate.

Administrar a visibilidade não é apenas cuidar para que aquilo que se fala em público seja adequado e compreensível e o que se vê seja melhor mostrado, como a melhor imagem possível. É também administrar o que não se fala e o que não se deixa ver – uma gestão dos silêncios e dos segredos. Como aponta Orlandi (2007, p. 12), "todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer". Ela se refere ao silenciamento como "política do silêncio", que tem a ver com a produção das condições de fala e sua contraparte: a retirada dessas condições que faz calar, que "tira" a palavra. Em vários casos, as condições de influência estão em dependência direta da produção de silenciamentos e da manutenção do secretismo em torno de questões. Se há vários fatores como medo, tabus, coerção física e política, dentre outros, também envolve formas de estratégia institucional e política.

São muitos os sentidos políticos do silêncio e do silenciamento. Estudos sobre públicos e opinião pública, acostumados a lidar com o que faz falar, também precisam considerar o que faz calar. Nosso interesse recai sobre as vulnerabilidades dos públicos a fatores que os silenciam, mas também é importante conectar esta questão aos silêncios propositais, aos processos de ocultamento institucional, ou seja, daquilo que se retira das vistas dos públicos ou do que os impelem a ignorar a realidade. Há também silêncios da mídia, o que ela escolhe não dar a ver e não discutir. Uma das nuances dos silêncios que nos chama a atenção é descrita por Eviatar Zerubavel (2006). Ele se debruça sobre um fenômeno postulado metaforicamente como "o elefante na sala", para falar de algo que, apesar de estar à vista de todos, é ignorado e não é discutido. É um fenômeno complexo, que envolve, em nível coletivo, o que ele denomina de "conspirações de silêncio" e uma discrepância entre o que experimentamos na realidade e o que acabamos por reconhecer publicamente, na percepção dos públicos. Trata-se não apenas de ignorar, mas, no limite, negar a existência de situações que efetivamente estão à vista, em tal magnitude que não poderiam passar despercebidas.

Detemo-nos em dois aspectos levantados pelo autor: a indiscutibilidade e a emergência de "quebradores de silêncio". No primeiro, consideramos sua importância no processo de comunicação pública porque é um obstáculo ao debate público. Como destaca Zerubavel (2006, p. 29), indiscutibilidade não se refere apenas à falta de interesse e vontade de não discutir, mas também de "não discutir sobre não discutir". Chama a atenção, assim, para as relações entre o que é visível e o que é dizível – ou discutível. No segundo, interessa-nos examinar o aparecimento de pessoas dispostas a quebrar o silêncio e, com isso, nas palavras do autor, "balançar o barco", o que provoca respostas e táticas dos conspiradores, ações no âmbito das instituições e reações contraditórias dos públicos. Esta perspectiva vai além das abordagens correntes que associam a visibilidade ao agendamento das questões públicas. Mostra o quanto públicos e instituições estão estrategicamente condicionados e, no limite, podem chegar à negação da realidade e têm sua ação (ou inação) influenciada por estes fatores que têm como foco a opinião pública: a gestão de segredos, os pactos de silêncio e as condições de discussão e de debate público.

Estar na esfera de visibilidade por si não garante condições para um debate acerca da situação visível. Por vezes essa relação é vista como automática, quando, na verdade, apresenta outras variáveis que condicionam o comportamento dos públicos e das instituições em torno de algum problema público. Como, então, aquilo que está visível e plenamente evidente se recusa a ser pronunciado e denunciado? Exemplo eloquente se erige no Brasil nos últimos anos na questão do combate à corrupção pela Operação Lava Jato. Sua notoriedade foi tanta que, mesmo após o aparecimento de evidências de que seu *modus operandi* foi impróprio, tanto públicos quanto instituições fecharam os olhos para elas e de algum modo a cercaram de elementos limitadores da discussão pública, restrita a alguns setores ou segmentos.

A Lava Jato, uma das maiores investigações anticorrupção da história do Brasil, guarda várias semelhanças com a Operação Mãos Limpas (*Mani Pulite*) da Itália, realizada na década de 1990. Ambas as operações visaram desmantelar esquemas complexos de corrupção que envolviam políticos, empresários e funcionários públicos de alto escalão. A Operação Mãos Limpas, conduzida por um grupo de magistrados italianos, revelou a extensão da corrupção política na Itália, levando à queda de muitos líderes e partidos políticos e resultando em significativas mudanças legislativas. Da mesma forma, a Lava Jato expôs uma vasta rede de corrupção no Brasil, especialmente em torno da Petrobras, empresa petrolífera brasileira de economia mista, resultando na prisão de empresários influentes, políticos de alto escalão e a recuperação de bilhões de reais desviados.

Iniciada em março de 2014 e desmobilizada no início de 2021, a Lava Jato foi conduzida pela Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Justiça Federal, com um núcleo central em Curitiba, sob a liderança do então juiz Sergio Moro. Os métodos utilizados na Operação apresentam paralelos com os utilizados na Mãos Limpas, como o uso extensivo de delações premiadas e cooperação internacional. Além disso, ambas as operações enfrentaram controvérsias e críticas sobre suas práticas, incluindo acusações de seletividade e uso político. A inspiração da Lava Jato na Mãos Limpas foi reconhecida por alguns de seus principais atores, como Sergio Moro, que admitiu ter estudado a operação italiana para aplicar suas lições no contexto brasileiro. De acordo com Kerche e Morona (2022), todos os elementos espetaculares que marcaram a Operação nos seus sete anos já estavam presentes desde o início: a mobilização de um grande contingente policial, o uso indiscriminado de métodos investigativos invasivos e o controle da narrativa das ações por meio de entrevistas coletivas articuladas com as fases da operação.

Diante disso, tomamos o caso empírico da Operação Lava Jato, mais especificamente o núcleo de Curitiba, e os episódios recentes que movimentaram a imprensa brasileira - denúncias do ex-deputado Tony Garcia, que expuseram as formas de intervenção da Lava Jato. Realizamos um estudo exploratório a partir de coleta dos materiais de denúncia, dando foco específico à análise de conteúdo das entrevistas desse personagem à TV 247 e à CNN Brasil. O objetivo é evidenciar como as mudanças na dinâmica de visibilidade criam condições para romper o véu de silêncio acerca de aspectos evidentes da realidade, oferecê-los à discussão pública e gerar respostas e ações institucionais.

2. MARCO TEÓRICO

2.1. Um olhar a partir da comunicação pública e dos públicos

A ideia de comunicação pública como um ideal normativo está ligada fundamentalmente às formas pelas quais a democracia se estrutura. Quando assim afirmamos, queremos corroborar uma perspectiva que não reduz a comunicação pública aos aspectos que envolvem a comunicação governamental e que enfatiza seus aspectos operacionais, mas que a toma como um amplo processo de interações que se dão em público e no espaço público (Esteves, 2011). Assim, a partir de Henriques (2017), olhamos a comunicação pública como fenômeno que envolve a visibilidade em duas dimensões: de uma disponibilidade (para qualquer um) e de uma generalidade (capaz de envolver a todos). Tais dimensões conformam as condições de publicidade. É importante ressaltar que a perspectiva de publicidade que adotamos está ligada à publicização de informações com o objetivo de promover o entendimento e envolvimento da sociedade nas questões de interesse público (Caldeira, 2022). Isso não significa que qualquer coisa, a qualquer momento, alcançará as condições de publicidade, sendo o espaço público um território de disputas

Na primeira dimensão, a da disponibilidade, há restrições à visibilidade devido a diversos fatores como a intenção deliberada de mostrar ou ocultar informações, conflitos relacionados aos meios de comunicação e a distribuição desigual dos recursos de visibilidade, e a crescente disputa por atenção. Já na segunda dimensão, a da generalidade, há uma complexa teia de condicionantes que envolvem a produção do sentido de "público" como algo que afeta, envolve e interessa a todos. Isso inclui a difusão da ideia de uma unidade genérica e abstrata que deveria envolver todos, como a humanidade, a sociedade, a nação, o povo, a opinião pública e a comunidade (Henriques, 2017).

As condições de publicidade são fatores fundamentais na lógica de formação e de movimentação dos públicos. Estes atores são entes que aparecem em público, executam uma performance, interagem entre si e com as instituições. Henriques e Silva (2022) destacam que as práticas e as teorias de relações públicas dão centralidade ao papel das organizações e instituições, entretanto, a maioria desses esforços reflexivos não se dedica a explorar como os públicos se formam e por quais meios se movimentam, tratando-os como um polo relativamente estável e acionável em estratégias das mais diversas.

Para Henriques (2017, p. 56), os públicos são “formas abstratas e dinâmicas de experiência e de sociabilidades que se formam em função da problematização de acontecimentos e ações que afetam os sujeitos [...] que existem em referência tanto a outros públicos quanto às instituições”. O que os públicos pensam, o que fazem e o que podem pensar e fazer importa, pois eles são capazes de afetar os propósitos, interesses e destinos de outros públicos e dos demais atores, orientando, com isso, as suas escolhas e decisões (Henriques y Silva, 2022).

Os públicos não se constituem de indivíduos em estado puro, mas com todas as suas conexões, mais fracas ou mais fortes, com outros públicos e instituições diversas que os representam. Ademais, conforme argumentam Henriques e Silva (2022, p. 41-42), “os públicos são dependentes tanto de quem os percebe e de como são percebidos quanto da forma e da medida nas quais se auto-organizam, se apresentam e se afirmam publicamente”. Investigá-los corresponde, então, a perscrutar a “vida pública”, ou seja, olhar para o espaço público

como o *locus* onde essa vida se desenrola, visível e disponível, e onde se organiza segundo as lógicas das condições de publicidade (Henriques, 2022).

Para Henriques (2017), a dependência dos públicos das condições de publicidade está relacionada tanto à necessidade de que as questões que possam representá-los estejam disponíveis e generalizáveis no espaço de visibilidade, quanto ao esforço dos próprios públicos em criar e manter condições de publicidade para si mesmos. Isso significa que eles são influenciados por fatores externos que os condicionam (como o *status* do espaço público), mas ao mesmo tempo se esforçam para estabelecer, manter e modificar suas próprias condições, ao longo de suas ações (o que conseqüentemente altera o próprio espaço).

Não é difícil perceber que tanto as instituições como os próprios públicos estão continuamente empenhados nas disputas pelas condições de publicidade e possuem, portanto, suas estratégias e táticas de ação para obter vantagens no terreno da comunicação pública. Os conflitos para tornar este espaço mais fechado, heterogêneo e ordenado são, grosso modo, algo que contribui para configurar as relações de poder nessa trama comunicativa complexa, gerando uma infindável tensão e inesgotáveis contradições e resistências (Henriques, 2017).

No caso que estamos tratando neste texto, uma questão sobressai: nem sempre as pessoas estão dispostas e seguras para desenvolver problematizações sobre as questões que as afetam. Existem fatores que cerceiam até mesmo o falar das pessoas, o que dirá de suas problematizações e exposição de opiniões em público. Os sujeitos podem até reconhecer a existência de um problema, mas nem sempre se dispõem a enfrentar os tabus e as coerções que o circundam, gerando pactos de silêncio.

2.2. Pacto de silêncio e indiscutibilidade

Pesquisando sobre os aspectos sociais do processo de observação, Zerubavel (2006) ficou intrigado com o fato de certas questões nitidamente visíveis e problemáticas serem ignoradas ou silenciadas. Desenvolveu uma reflexão sobre a dinâmica na qual as pessoas bloqueiam a entrada de certos assuntos em uma conversação pública, criando o que denominou conspiração de silêncio (*conspiracy of silence*). Nela, a obviedade da situação problemática é tanta que ele utiliza a metáfora do “elefante na sala”. Esse silêncio, ao contrário do que se possa imaginar, não gira em torno de algo imperceptível, mas de assuntos plenamente visíveis que os sujeitos deliberadamente tentam evitar. Por serem realidades incômodas, quase nunca são discutidos em público e tendem a ser ignorados ou mesmo negados (Zerubavel, 2006). Isso acontece quando um conjunto de pessoas concorda tacitamente em ignorar algo de que estão cientes. Consiste num esforço coletivo de negação, exige colaboração e envolve todo um sistema social. O silêncio, desse modo, envolve mais do que apenas ausência de ação ou de voz, pois as coisas sobre as quais os sujeitos silenciam são de fato ativamente evitadas. Esta postura confere ao silêncio um caráter auto-reforçador e, como em qualquer outra forma de negação, não reconhecemos que estamos silenciando, negando, assim, a negação. Preferimos nos referir a este fenômeno como um "pacto de silêncio", como um acordo tácito entre públicos e instituições de não falar publicamente sobre algo.

Em outra perspectiva, a teoria da “espiral do silêncio” elaborada pela filósofa alemã Elisabeth Noelle-Neumann (1993), explica a razão pela qual as pessoas permanecem, em muitos casos,

silenciosas quando têm a quase sempre falsa sensação de que a suas opiniões, visões de mundo, ou até mesmo suas intuições estão em minoria. Em linhas gerais, o conceito de “espiral do silêncio” é baseado em três premissas: a) os sujeitos têm uma intuição que lhes permite saber qual a tendência da opinião pública, mesmo sem ter acesso a sondagens; b) as pessoas temem sofrer isolamento social e evitam comportamentos que levem a isso; c) os sujeitos têm medo de expressar suas opiniões quando percebem que essas são minoritárias, justamente por terem receio de sofrer o isolamento da sociedade ou do círculo social próximo. Quanto mais uma pessoa acredita que a sua opinião sobre um determinado assunto está mais próxima da opinião pública julgada majoritária, maior probabilidade existe que essa pessoa expresse a sua opinião em público. À medida que a distância entre a opinião pessoal e a opinião pública aumenta, cresce também a probabilidade dessa pessoa se calar e se autocensurar (Noelle-Neumann, 1993). Todavia, a noção de “espiral do silêncio” não nos é suficiente para este texto, pois não considera adequadamente a participação estratégica das organizações e instituições no processo de silenciamento. As pessoas não se sentem constrangidas apenas pelo temor do isolamento social. Esse temor é muitas vezes induzido e estrategicamente posicionado por organizações, instituições, políticos e outras esferas de poder. O que realmente constrange não é apenas o temor do isolamento social, mas o poder exercido sobre o indivíduo, uma dimensão que é pouco desenvolvida por Noelle-Neumann.

O caso que examinamos envolve o aparecimento na cena pública de evidências incômodas de caráter conspiratório nos procedimentos dos agentes da Lava Jato, de uma trama que envolve os públicos, a mídia e a opinião pública numa rede de interesses e interinfluências, utilizando-se de métodos de ação questionáveis ou flagrantemente impróprios. Embora houvesse indícios anteriores, alguns acontecimentos contribuíram, pela ampla repercussão pública, para colocar “na sala”, à vista de todos, essas evidências. Dentre eles a ida de Sergio Moro para o governo, os vazamentos de diálogos entre os procuradores de Curitiba e juízes, conhecidos como “Vaza-Jato” e o julgamento pelo STF da parcialidade do ex-juiz. À medida que se torna patente um caráter conspiratório da Lava Jato, é possível reconhecer uma camada primária de silêncio, que recolhe as informações à esfera privada de um grupo de pessoas em conluio. Amostras das primeiras mensagens vazadas deste grupo deixam perceber este caráter por aspectos cruciais, tais como os esforços para fazer a gestão de informações sigilosas, as tentativas de ganhar a confiança de outros atores, a parcialidade nas ações e declarações e o recurso a táticas de intimidação, por exemplo. O que chama a atenção é que, mesmo com toda a exposição, é possível reconhecer uma segunda camada, que consiste num amplo e persistente silenciamento pactuado na opinião pública e nas instituições que, se não podem simplesmente manter indiferença quanto à existência do “elefante”, parecem negar a situação.

A notoriedade da operação e a reputação de seus agentes é um dos elementos a considerar na persistência em colocá-la como “fora de questão” e a abonar as atitudes e manifestações dos seus personagens. Em obra mais recente, Zerubavel (2018) trata de outro aspecto: a ideia de que esse caráter notável (*remarkable*) marca aquela operação e, com isso, muitos dos seus procedimentos e produtos já são “tomados como dados ou como certos” (“*taken for granted*”). Assim se construiu em torno dela uma situação cheia de “certezas” e que, por isso, estaria fora de questão em qualquer circunstância. Este aspecto “marcável” compõe a própria lógica de aceitabilidade do combate à corrupção, ou seja, ninguém poderia, a rigor, ser

favorável aos atos de corrupção. Assim, qualquer questionamento à Lava Jato já é, de início, marcado como sendo contrário a este combate e, em construção retórica potente, como algo que atende apenas aos interesses de determinados partidos políticos ou a certo espectro ideológico. Uma dinâmica de visibilidade assim construída operou como fonte de influência e criou uma espécie de “blindagem”, que tornou a operação e os seus agentes quase imunes a críticas. Falamos de dinâmicas de visibilidade para destacar o caráter mutável das condições de publicidade. Acontecimentos e mudanças no contexto podem, portanto, alterar estas condições, favorecendo um processo de quebra do pacto de silêncio e trazendo novos elementos à consideração dos públicos.

2.3. Quebra do silêncio e mudanças nas dinâmicas de visibilidade

Um conluio ou conspiração requer em si a formação de um pacto de silêncio entre seus agentes. Para ser rompido, depende de informações que venham a público a partir de dentro do círculo de conspiradores (vazamento) por qualquer meio: documentos escritos, gravações de áudio e vídeo, trocas de mensagens etc. Pode ocorrer por vários motivos, desde uma dissidência no grupo que conspira até a pressão moral sofrida por alguém da rede de colaboradores necessária para a manutenção do silêncio, por vezes mantida à força. Também não se pode descartar o vazamento fortuito, por acaso ou simples descuido dos conspiradores e da sua rede de apoio. Assim, naquilo que reconhecemos como uma primeira camada de segredo com elementos conspiratórios, a ruptura equivale a tornar publicamente evidentes ações e operações que, para terem e manterem seu sucesso, dependem de conservar sigilo. Trata-se da formação de um círculo forte de secretismo.

O que imputamos à segunda camada, neste caso, tem a ver com a percepção dos públicos e à ação institucional que se desdobra a partir do momento em que aparece com força de evidência na cena pública algo que até então se cuidava de manter o máximo possível oculto, mas que, ainda assim, segue em larga medida ignorado, negado e não discutido. Trata-se de um pacto de silêncio na opinião pública, que envolve boa parte dos públicos, da mídia e das autoridades. Quebrar este círculo viola não apenas a vontade de alguns indivíduos, mas todo um sentimento coletivo envolto em embaraços e tabus. Implica sempre em altos custos - pessoais, grupais e institucionais e evoca sentimentos de medo e incerteza, como também abarca diversos interesses e conveniências políticas em jogo. À medida que o silêncio se torna mais pesado, há mais chances que ele seja quebrado, que ele saia da penumbra e vá para o olhar público (Zerubavel, 2006). Quebrar o silêncio, desse modo, envolve reconhecer a existência do problema em condições de publicidade, sem as quais não se realizam a crítica e o debate (Esteves, 2011). Em ambas as camadas, os conspiradores podem tentar ativamente desviar a atenção dos quebradores de silêncio, esforçando-se por desacreditá-los, ridicularizá-los e coagi-los. Tais táticas de retaliação são projetadas, também, para intimidar qualquer outra pessoa que considere quebrar o segredo e o silêncio, o que de fato impede possíveis insurgências.

Zerubavel (2006) também nota que, para que sua presença seja reconhecida, o elefante tem de ser ativamente notado. Isso pressupõe tirá-lo do "fundo" e transformá-lo em uma "fachada" de atenção explícita. Quebrar conspirações de silêncio, em outras palavras, implica colocar o elefante em primeiro plano na sala: aumentar a sua visibilidade, tanto virando os holofotes sobre ele como abrindo os olhos das pessoas para que se conscientizem acerca dele.

O primeiro plano muitas vezes envolve nomear o inominável, tornando-o mais discutível. Assim, eventuais quebras de silêncio acarretam mudanças na dinâmica de visibilidade da questão, pela forma com que os diversos atores buscam regulá-la e também pela intervenção ativa da mídia no processo, alterando as condições de publicidade.

O caso estudado nos oferece oportunidade de visualizar essas mudanças de condições, com as respectivas alterações nas dinâmicas de visibilidade, num caráter processual. A construção de reputação e prestígio da Lava Jato junto à opinião pública se dá por meio de uma hipervisibilidade e é um fator que permite ver as denúncias sobre seu caráter conspiratório e sobre procedimentos irregulares como um elefante na sala. A isso corresponde também um processo de tensão que impulsiona de algum modo tanto a quebra do círculo de secretismo, pelas evidências vazadas, quanto das barreiras de silêncio que impelem à sua indiscutibilidade na opinião pública, em geral. Examinaremos brevemente os elementos de hipervisibilidade e de reputação e algumas dessas mudanças que trouxeram a questão do “fundo” para a “fachada” e em seguida trataremos de analisar a emergência na cena pública de acontecimentos reveladores e de “quebradores” que, com seus testemunhos diretos e portadores de evidências mais robustas, aumentam o potencial de rompimento do pacto de silêncio remanescente e provocam ações mais diretas e incisivas das autoridades.

3. METODOLOGIA

Focalizamos a ação de quebradores de silêncio pelos testemunhos pessoais que, pela sua participação intrínseca na trama, ao aparecerem, trazem elementos que podem denunciar de forma cabal e irrefutável o caráter conspiratório. Trata-se de mudança nas condições de visibilidade nas questões que envolvem a Lava Jato que criam novos focos de tensão em relação ao pacto de silêncio. Por meio de pesquisas documentais e bibliográficas, recuperamos a construção da hipervisibilidade e reputação da Operação, e elencamos os processos de denúncia e de mudança de visibilidade do caso. Por fim, analisamos o aparecimento, na cena pública, dos testemunhos que rompem o silêncio. Para este efeito, examinamos neste artigo o conteúdo das entrevistas dadas por Tony Garcia em junho de 2023 à TV 247 (03/06)³ e à CNN (04/06)⁴. Após a decupagem do material, procedemos a uma apuração de indícios na fala do entrevistado ligados a três pontos, criados a partir da leitura de Zerubavel (2006, 2018) e da análise do contexto da Lava Jato: (a) à pressão pela manutenção do segredo; (b) às motivações para a quebra; (c) às oportunidades para a fala pública naquele momento.

A escolha das duas entrevistas de Garcia se deve, principalmente, por terem sido suas primeiras falas públicas em tom de denúncia, depois de anos de silenciamento, e pela forte atuação do empresário e ex-deputado durante a Lava Jato. Neste sentido, o consideramos no contexto um “quebrador de silêncio”. Cabe destacar que, em 2004, Tony Garcia foi preso por ordem do então juiz Sergio Moro, acusado de gestão fraudulenta. Desde então, colaborou com a Operação como delator. Nas entrevistas consideradas, Garcia alega que Moro teria “criado” uma situação para envolvê-lo no processo, utilizando-se de acusações contra ele como um meio de pressão. Este relato lança uma luz controversa sobre os métodos utilizados

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4iEg9KaCnGI>. Acesso em: 03 Ago 2023.

⁴ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/moro-agiu-para-tirar-juiz-appio-da-lava-jato-diz-ex-deputado-tony-garcia/>. Acesso em: 20 Jun 2023.

por Moro, que mais tarde ganharia notoriedade como figura central da Lava Jato. Estas entrevistas são, portanto, reveladoras das tensões entre os públicos, as instituições e a imprensa entre manter ou não o pacto de silêncio em torno da Operação, ainda que haja uma sucessão de fatos que a trazem para a agenda pública, como as apurações feitas no âmbito do Conselho Nacional de Justiça sobre os seus procedimentos e fatos relacionados a mudanças na 13.^a Vara Federal e no Tribunal Regional Federal da 4.^a Região.

4. RESULTADOS

4.1. Hipervisibilidade, reputação e prestígio da Operação

Deflagrada em março de 2014, com o objetivo de desarticular organizações criminosas que atuavam na lavagem de dinheiro em diversos estados brasileiros, a Operação Lava Jato consistiu num conjunto de investigações e suas consequentes ações judiciais, envolvendo a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Justiça Federal em Curitiba, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília, além de tribunais superiores e outros órgãos de controle. O núcleo mais célebre é o de Curitiba, que reuniu, desde o princípio, um grupo de procuradores e o então juiz Sergio Moro (Kerche y Morona, 2022).

Durante 79 fases, a imprensa brasileira reportou e interpretou cotidianamente as denúncias levantadas pela Operação. Articulada com a grande mídia, a Lava Jato incitou na opinião pública uma indignação com a corrupção generalizada que, supostamente, caracterizava a política nacional. Contava com expressivo apoio popular e, com isso, conseguia calar as vozes que denunciavam seus abusos e de seus personagens. Durante o seu auge, entre 2014 e 2019, tamanha fora sua repercussão que a corrupção transformou-se no mais urgente e grave problema do país. O Barômetro da Opinião Pública sobre a Lava Jato, realizado pela Innovare Pesquisa em 2016, apontou que cerca de 70% das coberturas da imprensa sobre a operação, no período de 2014 a 2016, foram favoráveis e mais de 65% dos entrevistados também avaliaram positivamente a operação. Pesquisa do Datafolha, de dezembro de 2019, demonstrava que 41% da população adulta do Brasil acreditava que após a Lava Jato a corrupção no país diminuiria. Não se pode ignorar que o combate à corrupção foi um elemento fundamental da agenda pública no período das eleições presidenciais de 2018 e que também colaborou para a formação de visões anti-sistema e mesmo anti-políticas

Em termos amplos de opinião pública, a Lava Jato gozava, portanto, de ampla aprovação popular, ainda que nos meios jurídico e político houvesse sinais de denúncia acerca de seus procedimentos, que ficavam restritos a certos públicos, sem que isso repercutisse na grande imprensa e nas mídias sociais, de modo mais geral. Para falar de um "elefante na sala" e de uma "conspiração de silêncio", no entanto, é preciso considerar diversos aspectos dinâmicos, um processo em que as invisibilidades e os silêncios foram tensionados. No auge das ações daquela operação, vozes dissonantes eram abafadas pelo seu próprio prestígio e pela sua altíssima visibilidade.

Era, portanto, muito difícil levantar suspeitas sobre ela e denunciar seu *modus operandi*. Essa espécie de blindagem na opinião pública foi fundamental para sustentar uma fase na qual, ainda que alguns círculos mais especializados conseguissem identificar essas práticas como *lawfare*, não havia condições propícias para denúncia.

4.2. Denúncias e mudanças nas dinâmicas de visibilidade

Podemos identificar um processo sistemático e progressivo de negação na opinião pública, à medida que foram aparecendo várias evidências. Momentos críticos de alta visibilidade foram decisivos para colocar o elefante disponível à vista de todos. Destacamos quatro: a ida de Sergio Moro para o Governo Federal, os vazamentos de diálogos entre os procuradores de Curitiba e o então juiz Moro, conhecidos como "Vaza-Jato", o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da parcialidade do ex-juiz no caso que envolvia o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a eleição de Moro e do ex-procurador Deltan Dallagnol para o Congresso Nacional, em 2022. Certamente há outros eventos, mas tomamos pelo menos estes como fundamentais para criar fissuras e tensões na dinâmica de (in)visibilidade e de silenciamento até então vigente. Dentre estes quatro, o vazamento das mensagens foi aquele que mais trouxe a questão ao primeiro plano na cena pública.

Este marco se deu em junho de 2019, quando o *site* The Intercept Brasil divulgou os primeiros textos da série "As mensagens secretas da Lava Jato", o que ficou conhecido como "Vaza Jato". Instalou um ponto de inflexão nas publicações sobre a Operação na imprensa. A série divulgou a troca regular de mensagens pelo aplicativo Telegram entre diversos membros do MPF, seus assessores, o ex-juiz Sergio Moro e outros atores ligados à Lava Jato entre 2015 e 2018. Mostrava a força-tarefa operando à margem da legalidade, com a aquiescência das elites políticas e judiciais e o apoio da imprensa. Para Kerche e Morona (2022), até a Vaza Jato era Curitiba que dava o tom das coberturas da mídia, distribuindo vazamentos calculados para garantir uma repercussão positiva de suas ações. A partir dela, foi a Lava Jato que teve que correr atrás do noticiário. Tal mudança nas condições de visibilidade colocou em nova perspectiva a gestão dos elementos de secretismo que envolvia os agentes da Operação. Como não há uma relação direta e proporcional entre a visibilidade e a discutibilidade, os elementos trazidos à tona podem, ainda que plenamente visíveis, causar um constrangimento em discuti-los, já que para isso seria necessário colocar em xeque de uma só vez a credibilidade concedida e uma grande cadeia de vínculos de confiança institucional que é alimentada pela reputação e pelo prestígio.

Mesmo assim, em novembro de 2022, Sergio Moro (União Brasil) e Deltan Dallagnol (Podemos) foram eleitos no Paraná para o Congresso Nacional, respectivamente para o Senado e para a Câmara dos Deputados, com expressivas votações, certamente amparados ainda pelo estoque de prestígio da Lava Jato, demonstrando aspectos importantes do processo de negação de evidências, ainda que fossem escancarados os motivos e interesses partidários e ideológicos. O custo da negação se tornou maior, aumentando a chance de ruptura, mas ainda suscitando várias reações opostas.

Uma reação em público é requerida, no esforço de descaracterizar esse processo conspiratório, infundindo dúvidas e desconfianças nos públicos quanto às evidências que foram apresentadas no vazamento. Quando está em curso um processo de negação sistemática, pela persistência de dúvidas quanto à denúncia ou pela resistência dos públicos em acreditar no que vem à luz, o pacto de silêncio tende a ganhar sobrevida na segunda camada à qual nos referimos. Fica-se então à espera da apresentação de provas mais robustas e irrefutáveis. É neste ponto que tendem a aparecer novos informantes ou denunciantes.

4.3. Testemunhos pessoais e ofertas de provas

Antônio Celso Garcia, mais conhecido como Tony Garcia, é empresário e ex-deputado estadual do Paraná. Sempre circulou na alta sociedade paranaense e fez amizade com o ex-governador Beto Richa no início dos anos 1990. Em 1991, foi acusado por fraude pelo Ministério Público do Paraná na administração do extinto Consórcio Nacional Garibaldi, onde teria sido responsável por prejuízo de mais de R\$ 40 milhões aos clientes. Anos depois, em 2004, o empresário foi preso, por ordem do então juiz Sergio Moro, acusado de gestão fraudulenta. É justamente a este episódio da prisão que Tony retrocede em sua entrevista de mais de três horas de duração à TV 247, realizada em 3 de junho de 2023. Segundo ele, Sergio Moro teria "criado" uma situação para envolvê-lo no processo, sendo que o verdadeiro alvo era seu advogado e ex-conselheiro da Itaipu Binacional, Roberto Bertholdo. Nas palavras de Tony, Bertholdo "era o arqui-inimigo de Moro", por ser muito influente do TRF4 e no STJ, sendo acusado pelo ex-juiz de comprar sentenças para seus clientes. Foi nessa prisão de 2004 que Moro ameaçou "jogar Tony num presídio", caso ele não colaborasse com informações sobre Bertholdo. O ex-juiz e os procuradores do MPF ofereceram um acordo de colaboração a Garcia⁵. Temendo as consequências, o empresário aceitou. Moro deu todos os confortos possíveis, à margem da legalidade, para que Tony colaborasse com o acordo, que nem havia sido assinado, e, nas palavras do empresário, "fizesse o trabalho sujo". Em sua entrevista, Tony relata que o ex-juiz o visitou em uma manhã, fortuitamente, e sugeriu que comprasse um gravador e gravasse todos que fossem visitá-lo. Aproveitando-se dos contatos do empresário, Moro, por meio do acordo, o transformou numa espécie de agente infiltrado, que deveria coletar as falas de pessoas influentes na política, principalmente as de seu interesse particular. "Ele usava a justiça para encobrir os atos criminosos dele", afirma Garcia. Com o gravador adquirido ele também coletou as provas que tem contra o ex-juiz e seus colegas da Lava Jato, áudios estes que mostram uma relação imprópria entre réu e acusador, e réu e julgador.

De 2004 a 2018 Garcia foi figura frequente no MPF, colaborando em vários casos como um informante. O uso manipulado das gravações realizadas por ele colaborou para o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, bem como para a prisão do ex-presidente Lula e do ex-governador do Paraná, Beto Richa. Ele afirma que todos esses fatos envolvendo as gravações e as "solicitações" de Moro e dos procuradores do MPF foram relatados à ex-juíza da 13ª Vara Federal de Curitiba, Gabriela Hardt, em depoimento que prestou em 2021. Entretanto, Hardt se manteve inerte diante dos fatos potencialmente criminosos – na medida em que a legislação brasileira não prevê esta figura investigatória de um colaborador infiltrado. O empresário afirma ter provas que apresentará no momento e na instância adequados, sob garantia de que a Justiça vai ser efetiva, sem ingerências políticas e consequências indevidas para ele.

Sobre a pressão para manutenção do segredo, a fala de Tony Garcia mostra que Moro e seus colegas utilizaram todos os subterfúgios que suas posições ofereciam para pressionar, chantagear e coagir o empresário ao silêncio. Nas palavras do empresário, "Moro fazia de Curitiba a Guantánamo brasileira. Ele fazia os mesmos métodos de tortura psicológica para tirar de você, preso, o que ele queria". Garcia relata que "o poder que eu tive, de fazer coisas

⁵ Na época não existia a figura da colaboração (delação) premiada.

ilegais em nome da Justiça, de ser obrigado a fazer, é uma coisa despropositada. Eles [Moro e procuradores do MPF] eram os paladinos da Justiça, podiam tudo!”. Afirma ainda: “Eu passei 20 anos preso com essa gente. Preso solto, mas preso, pois nunca me libertei deles. A qualquer momento eles fazem uma coisa para te pegar. É isso que eles fazem!”. “Tinha uma faca no meu pescoço o tempo inteiro, não podia fazer isso [denunciar]”, ou seja, o custo de quebrar esta esfera de segredo era alto demais. Ele reconhece também o pacto de silêncio e a indiscutibilidade na opinião pública quando afirma que “não interessa pra ninguém isso vir à tona. Todo mundo que fala contra eles é bandido, pois eles são os mocinhos”.

Sua motivação é relatada na entrevista como obrigação moral: estando “livre” do acordo que havia feito, Tony sentiu-se na obrigação de passar a história a limpo, de expor todas as verdades ao público. “Eu falei que eu tenho um compromisso, que eu não queria morrer, antes de passar a limpo essa história do país. (...) O Brasil tem o direito de saber quem eram esses personagens que foram lançados a heróis do país!”, diz o empresário. “Depois de tudo o que eu vi, eu tenho esse compromisso hoje, até com minha consciência, com minha família, com meus filhos, que sofreram muito com isso, de passar essa história a limpo. (...) A única coisa que eu tenho para me defender é falar a verdade”. Reforça ainda: “Tive que ficar calado durante todo esse tempo e hoje eu estou falando pela primeira vez sobre isso”. Apresenta ainda uma motivação de dar maior reverberação, até internacional, às suas denúncias, envolvendo ao máximo a opinião pública: “Tudo isso eu tô pronto para falar pro STF, eu estou pronto para falar para qualquer autoridade. Se eu tiver que levar para Haia, eu vou levar. Para qualquer órgão internacional eu vou levar isso, porque o Brasil precisa ser passado a limpo!”. Mostra uma expectativa de que, estimuladas por sua decisão de falar, outras pessoas também venham a público dar testemunho e trazer provas para municiar as autoridades: “Eu sozinho, e mais algumas pessoas, temos material para consubstanciar de provas uma possível CPI, ou CPMI”.

A oportunidade é descrita a partir da mudança de governo e das condições que foram abertas com as mudanças na 13.^a Vara Federal e pelos efeitos dos acontecimentos antecedentes, inclusive a Vaza Jato: “Fui estimulado pela mudança de governo e em saber que, de uma maneira ou de outra, isso ia vir à tona e eu precisava me desculpar publicamente com a presidente Dilma. O trabalho que o juiz Appio está fazendo, de tirar os esqueletos do armário, me deu mais força ainda”, afirma Tony à TV 247.

5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O caso oferece oportunidade para pensarmos tanto a produção dos constrangimentos quanto o rompimento das barreiras de silêncio como processos. Do ponto de vista pragmático é importante identificar alguns marcos, acontecimentos que, pelo seu poder de afetação, tendem a mudar as dinâmicas de visibilidade e, conseqüentemente, de fala. França (2012) trabalha com a noção de acontecimento como algo que, irrompendo na realidade, suscita a fala. Zerubavel (2006) nos convoca a pensar que, em certas circunstâncias e sob certas condições, pode um acontecimento produzir um silêncio, se não generalizado, pelo menos uma restrição de grandes dimensões, onde públicos se recusam a discutir, se omitem ou se fazem indiferentes. Pode haver níveis diferentes de restrição e mesmo diferença entre o nível de fala privada e pública sobre aquele assunto. A depender do tema e das condições, mesmo

que restrito à vida privada, não é conveniente, seguro, confortável, adequado ou "de bom tom" falar sobre eles.

No caso examinado, não só o vazamento é um marco acontecimental, como também outros tais como o julgamento da parcialidade do juiz Sergio Moro. Toda uma cadeia de acontecimentos concorre para trazer evidências de que "o elefante está na sala" e romper o cerco da indiscutibilidade. A força variável de cada acontecimento, pressionando para fazer falar, aumenta a tensão e a chance de trazê-lo ao debate público e conciliar a visibilidade e a fala, envolvendo os media e os públicos. As mudanças nas dinâmicas de visibilidade da Operação, ao longo do tempo, contribuíram não só para que o "elefante" fosse publicamente notado, mas também para as condições de falar e discutir em público sobre ele. Observamos que a quebra de silêncio tem um caráter processual, pois não há um momento exato que configure um ponto de inflexão no pacto de silêncio, mas uma sucessão de episódios que cria tensões entre "fundo" e "fachada". No caso, pudemos ver que desde a ida de Moro para o Governo Bolsonaro até os testemunhos públicos de Tony Garcia, fica cada vez mais difícil ignorar e negar os problemas da Lava Jato. A adição de provas irrefutáveis aumenta o custo de negação dos públicos e da opinião pública. A presença de pessoas capazes de dizer de dentro, de testemunhar com provas sobre o pacto de silêncio, adicionando evidências, pode influenciar com que outras pessoas também rompam o silêncio, tornando-o insustentável.

6. REFERÊNCIAS

Caldeira, J. A. (2022). Condições de publicidade e a construção do caráter público. In D.R. Silva & M.S. Henriques (Eds.), *Públicos em movimento: comunicação, colaboração e influência na formação de públicos* (pp. 77-102). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Esteves, J.P. (2011). *Sociologia da comunicação*. Fundação Calouste Gulbenkian.

França, V. (2012). O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In V. França & L. Oliveira (Eds.), *Acontecimento: reverberações* (pp. 39-51). Belo Horizonte: Autêntica.

Henriques, M.S. (2017). Dimensões dos públicos no processo de comunicação pública: formas de conhecimento, ação e organização. In C.M.A. Scrofernecker & L.R. de Amorim (Eds.), *(Re)leituras contemporâneas sobre comunicação organizacional e relações públicas* (11th ed., Vol. 1, pp. 53-66). Porto Alegre: Ed. PUCRS.

Henriques, M.S. (2022). Públicos: pluralidade, tensões, movimentos e influências. In D. R. Silva & M. S. Henriques (Eds.), *Públicos em movimento: comunicação, colaboração e influência na formação de públicos* (pp. 7-24). Belo Horizonte: Autêntica.

Henriques, M.S., & Silva, D.R. (2022). Os públicos e sua abordagem comunicacional: bases conceituais. In D.R. Silva & M. S. Henriques (Eds.), *Públicos em movimento: comunicação, colaboração e influência na formação de públicos* (pp. 25-48). Belo Horizonte: Autêntica.

Kerche, Fábio y Marona, Marjorie (2022). *A política no banco dos réus: a Operação Lava Jato e a erosão da democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica.

Noelle-Neumann, E. (1993). La espiral del silencio. La opinión pública y los efectos de los medios de comunicación. *Communication Society*, 6(1-2), 9-28.
<https://doi.org/10.15581/003.6.35558>

Orlandi, Eni P. (2007). *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 6.ed. Ed. da Unicamp.

Silva, D.R. & M.S. Henriques (Eds.), *Públicos em movimento: comunicação, colaboração e influência na formação de públicos* (pp. 25-48). Belo Horizonte: Autêntica.

Zerubavel, E. (2018). *Taken for granted: the remarkable power of the unremarkable*. Princeton University Press.

Zerubavel, E. (2006). *The elephant in the room: silence and denial in everyday life*. Oxford University Press.

